



**REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_ / 2012**

(Do Senhor Gladson Cameli)

Requer a realização de Audiência Pública para discutir a situação da aviação nos estados da Amazônia Legal, em especial o elevado custo de passagens aéreas e a reduzida oferta de voos.

Senhor Presidente:

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos regimentais e ouvido o Plenário, sejam convidados para Audiência Pública, em data a ser oportunamente agendada, representantes das grandes empresas aéreas e dos setores públicos ligados à área de aviação civil, para debater, em conjunto com os membros deste colegiado, acerca do elevado custo de passagens aéreas e a reduzida oferta de voos para todos os estados da Amazônia Legal.

**JUSTIFICAÇÃO**

Assim como ocorre com as telecomunicações, ou mesmo qualquer outro serviço ou atividade que determina o índice de desenvolvimento econômico de uma determinada localidade, o Norte do Brasil é a região com maior defasagem em relação às demais regiões do país, no que tange à precariedade de sua aviação civil, caracterizada pelos custos exorbitantes de passagens aéreas e reduzida oferta de voos.

Esses fatos demonstram o quanto essa região vem sendo relegada, tanto pelas empresas prestadoras desses serviços, no que se refere à reduzida oferta de voos a preços que não condizem com a realidade socioeconômica da região, quanto pelas autoridades, considerando que essas atuam de forma insatisfatória naquela região, uma vez que seus



esforços notoriamente se concentram nas regiões que hoje respondem pela maior parte do elevado tráfego aéreo brasileiro.

Partindo de uma análise puramente capitalista, tais empresas não teriam a princípio qualquer obrigação de suprir a região com uma oferta expressiva de voos, nem tampouco a preços reduzidos, mas cabe aqui ressaltar que essas empresas deveriam oferecer uma contrapartida social às regiões menos favorecidas do país, considerando o fato de que elas vêm seguidamente recebendo ajuda governamental sempre que lhes ocorre uma situação desfavorável. Uma simples pesquisa revela que em tempos recentes (2000, 2002, 2004, 2006, 2008 e 2011), diversos pacotes de ajuda governamental foram disponibilizados às empresas aéreas, seja na forma de incentivos fiscais ou empréstimos subsidiados por instituições financeiras estatais, dentre outros.

Diante do que foi relatado, a conclusão é simples: é preciso avançar no debate da questão da aviação civil da região, sobretudo em relação à atuação das empresas aéreas e das autoridades que regulamentam o setor, razão pela qual sugere-se a cogitada audiência pública, com a presença dessas prestadoras de serviços e de representantes da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República. Não se pode admitir que a população da região seja penalizada pela falta de concorrência, pois é fato que as empresas aéreas oferecem preços mais razoáveis em rotas mais concorridas, configurando situações absurdas, caracterizadas no fato de que uma simples passagem de ida e volta de Brasília ao estado que represento, o Acre, pode custar quatro vezes mais que uma ida e volta aos Estados Unidos.

Sala da Comissão, em        de        de 2012.

Deputado **Gladson Cameli**  
PP/AC